



PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

(Projeto de Lei nº 9/2013-CN)

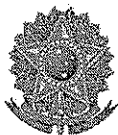
Estima a receita e fixa a despesa da União
para o exercício financeiro de 2014

PARECER DA RECEITA

(Aprovado na 9ª Reunião Ordinária, em 13.11.2013)

Presidente: Senador LOBÃO FILHO (PMDB/MA)

Relator da Receita: Senador EDUARDO AMORIM (PSC/SE)



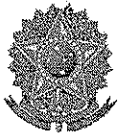
CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

ÍNDICE

1	RELATÓRIO	3
1.1	Histórico	3
1.2	Conclusão e Resumo da Avaliação da Receita para 2014	4
1.3	Cenário Macroeconômico e Finanças Públicas.....	8
1.4	Avaliação das Estimativas de Receita do PLOA2014.....	15
1.4.1	A Reestimativa das Receitas do Orçamento para 2013	16
1.4.2	A Estimativa das Receitas no Orçamento para 2014.....	20
1.4.2.1	Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS, para 2014.....	21
1.4.2.2	Arrecadação Líquida do RGPS para 2014.....	22
1.4.2.3	Receitas Não Administradas para 2014.....	23
1.4.2.4	Revisão da Receita para 2014 pelo Congresso Nacional.....	25
1.4.3	Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2014	31
1.5	Receitas Financeiras para 2014.....	31
1.6	Receita do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais para 2014	34
1.7	Distribuição dos Recursos do Petróleo.....	35
1.8	Metodologia da Estimativa das Receitas da Proposta de Orçamento para 2014	36
1.9	Emendas à Receita e de Renúncia de Receita Apresentadas	38
1.10	Anexos.....	41
2	VOTO	41
3	Anexo I	42



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013–CN

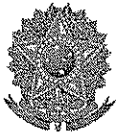
PARECER da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), sobre o **Relatório da Receita** de que trata o § 1º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, relativo ao Projeto de Lei nº 009, de 2013 – CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014”.

RELATOR : Senador EDUARDO AMORIM

1 RELATÓRIO

1.1 Histórico

1. Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei nº 009, de 2013-CN (Mensagem nº 076, de 2013-CN, e nº 358, de 2013, na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.
2. Por indicação das lideranças partidárias e designação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), **Senador Lobão Filho**, foi nos atribuída a honrosa tarefa de avaliar e relatar a receita para o exercício de 2014 prevista no referido Projeto de Lei.

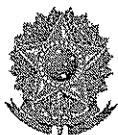


CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

3. Conforme é de conhecimento dos integrantes desta Comissão, a avaliação das estimativas de receitas é realizada ao amparo do que estabelece o art. 166, § 3º, III, "a", da Constituição Federal e em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
4. Por sua vez, a Resolução nº 1, de 2006-CN, que trata da tramitação das matérias na CMO, em seu art. 30, § 1º, determina que, na apreciação do projeto de lei orçamentária, a avaliação da receita seja feita em separado das demais funções desse Colegiado, sendo o Relatório da Receita objeto de apreciação e votação antes da apresentação do Relatório Preliminar do Relator-Geral do Orçamento. Eventuais reestimativas de receitas são elaboradas nessa etapa, admitindo-se sua revisão no caso de alteração posterior dos parâmetros macroeconômicos ou da legislação tributária. Informações complementares relativas às projeções oficiais das principais variáveis estavam disponíveis em 15 de setembro e serão atualizadas pelo Poder Executivo até 21 de novembro, como estabelece o PLDO2014, em tramitação no Congresso Nacional.
5. Nosso Relatório foi elaborado com o auxílio do Comitê de Avaliação da Receita, de que trata o art. 23 daquela Resolução. Agradeço aos **Senadores Ivo Cassol e Inácio Arruda** e aos **Deputados Ricardo Berzoini, Pedro Novais, Severino Ninho, Júlio Cesar, Weverton Rocha, Ricardo Arruda e Evandro Milhomen**, que o integram.
6. O conteúdo deste Relatório observa o estabelecido no art. 34 da mesma Resolução. Procurou-se neste documento, a partir do exame da conjuntura, da evolução recente da arrecadação e de hipóteses de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, avaliar a metodologia e as estimativas de receitas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2013.
7. As emendas à Receita, uma de receita e outra de renúncia de arrecadação, somaram 2 unidades e foram apresentadas entre 04 e 18 de setembro, sendo também objeto de apreciação neste Relatório.

1.2 Conclusão e Resumo da Avaliação da Receita para 2014



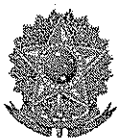
CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

8. A **conclusão** deste Relatório é que a estimativa da Receita Primária Total constante do Projeto de Lei Orçamentária para 2014 necessita de ajustes metodológicos para adequá-la às reais condições de geração de receitas no momento atual da economia brasileira e atender a requisitos de ordem institucional e legal.
9. De início, avaliamos que alguns valores de receita estavam superestimados em cerca de R\$ 17,0 bilhões, tendo em vista: a) um excesso estimado em R\$ 12,4 bilhões na estimativa de Receitas Extraordinárias na Receita Administrada pela RFB, tendo em vista a média histórica arrecadada e as perspectivas econômicas, e b) uma estimativa improvável de arrecadação de Receita com Operações de Ativos, no montante de R\$ 5,6 bilhões, cuja previsão tem um histórico de insucessos de arrecadação e não contém argumento convincente para que seja mantida na previsão.
10. Mas, posteriormente, reduzimos nossa estimativa do excesso das Receitas Extraordinárias na Receita Administrada pela RFB para R\$ 2,4 bilhões, diante de novas informações fornecidas pelo Poder Executivo que, entre outras, prevê um maior pagamento de dividendos pela Petrobrás, muito provavelmente decorrente da adoção de uma nova política de preços. Uma mudança dessa natureza terá impactos significativos na receita tributária, dada a representatividade dessa empresa no cenário econômico.
11. Adicionalmente, concordamos em boa parte com a expectativa do Poder Executivo que a aceleração do crescimento do PIB para 2014 reflete a retomada do crescimento econômico, impulsionado pela recuperação recente dos investimentos, pelas novas licitações de concessões públicas em condições mais rentáveis e pelos efeitos positivos sobre a produção industrial da desvalorização do real frente ao dólar.
12. Contudo, informações mais recentes sobre a nossa economia mostram que esse crescimento, dissonante com o pessimismo extremado do mercado que espera apenas 2,13%¹, está acima do que provavelmente ocorrerá, principalmente levando-se em conta a elevação da taxa de juros SELIC para

¹ Focus – Relatório de Mercado de 01.11.2013, elaborado pelo BACEN.



CONGRESSO NACIONAL

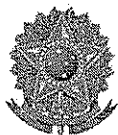
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

patamar superior ao previsto no PLOA 2014 (9,50% contra 9,25%) visando combater pressões inflacionárias. Reforça essa impressão a perspectiva de que essa taxa tenha que subir ainda mais devido, entre outros, à necessidade de adequação dos preços administrados às demandas de investimentos dos respectivos setores e às novas pressões que a mudança na política monetária americana está exercendo sobre a cotação do real em relação ao dólar².

13. Por sua vez, a variação acumulada do IPCA para 2014, prevista no Projeto em 5,0%, e muito inferior com a que ocorrerá em 2013, está subestimada, pois, diante dos fatores de pressão inflacionária comentados, entendemos que a política monetária mais rígida apenas evitará o descontrole da evolução dos preços. A propósito, até mesmo o Poder Executivo, na atualização de parâmetros, admite parcialmente isso ao rever sua estimativa de variação do IPCA de 2014 para 5,3%.
14. A variação acumulada do IPCA, prevista no Projeto em 5,0%, muito inferior a que ocorrerá em 2013, está igualmente subestimada, mesmo contando com a prática de uma política monetária mais rígida que busca conter pressões inflacionárias.
15. Isto posto, em nossa avaliação das receitas adotamos, prudente e realisticamente, como parâmetros básicos para 2014 uma redução na previsão de variação real do PIB de 4,0% para 3,8% e um aumento para 5,8% do IPCA acumulado.
16. Em seguida, tendo em vista o recebimento de novas informações e estimativas do Poder Executivo e de parte dos dados básicos da grade de parâmetros que está sendo atualizada, conforme previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (PLDO2014) ainda em tramitação no Congresso Nacional, ajustamos para maior as estimativas de receitas do RGPS, Concessões, Dividendos, *Royalties* do petróleo e Demais Receitas não administradas.

² O Copom do BACEN, em suas últimas Atas, projeta reajuste da gasolina de 5,0% para 2013.



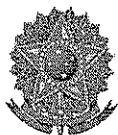
CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

17. Por último, adequamos a distribuição dos recursos dos *Royalties* do petróleo, que havia sido feita no PLOA2014 com base na Lei nº 12.734, de 30.11.2012, aos efeitos da Medida Cautelar concedida pelo STF durante o trâmite da ADI 4917 MC/DF, sob o entendimento de que a elaboração do orçamento deve atender às decisões de nosso ordenamento jurídico-institucional, um dos pilares do sistema democrático.
18. A Receita Primária Total está estimada na Proposta para 2014 em R\$ 1.298,4 bilhões, com acréscimo de R\$ 124,1 bilhões, ou de 10,6%, sobre a estimativa de R\$ 1.174,2 bilhões produzida na Reprogramação Orçamentária para 2013³. A Receita Primária Líquida, ou seja, a Receita Primária Total deduzida das Transferências a Estados e Municípios, é estimada em R\$ 1.080,6 bilhões superando em R\$ 90,5 bilhões a estimativa contida na referida Reprogramação.
19. A Receita Primária Total conforme o PLOA2014 é de 24,76% do PIB, superior aos valores observado ou estimado para o período de 2008 a 2013. Com a nossa reestimativa de receita essa carga é estimada em 24,83% do PIB e sobe levemente por conta da Receita com Concessões, Dividendos e *Royalties*.
20. Apuradas as variações positivas e negativas na receita em decorrência dessa nossa reavaliação das estimativas da receita para 2014 obtivemos um efeito líquido positivo nas estimativas das Receitas Primária Bruta e Líquida de R\$ 13,0 bilhões e R\$ 12,1 bilhões, respectivamente⁴. A Tabela I, a seguir, mostra as variações negativas e positivas nos diversos itens que compõem essas receitas.

³ Excluímos da Receita Primária Total enunciada na Mensagem do PLOA2014, no montante de R\$ 1.315,4 bilhões, o valor de R\$ 17,0 bilhões, e na estimativa da Reprogramação relativa ao 3º bimestre, no montante de R\$ 1.185,0 bilhões, o valor de R\$ 10,8 bilhões, porque se tratam de operações intragovernamental relativa à transferência do Tesouro ao RGPS para compensar as perdas de receitas deste último pela desoneração das folhas de pagamentos. Operações intragovernamental não aumentam a carga tributária extraída do setor privado.

⁴ Esse aumento de receita bruta é o menor dos últimos quatro anos em decorrência da intervenção do Congresso Nacional na peça orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

TABELA I

ESTIMATIVA DE VARIAÇÃO DAS RECEITAS PRIMÁRIAS BRUTA E LÍQUIDA PARA 2014

Diferença entre as estimativas do PLOA2014 com a do Congresso Nacional

(R\$ milhões)

Discriminação	Variações		
	Bruta	Transf. Est/Mun	Líquida
A. RECEITAS ADM PELA SRFB	5.513,3	1.171,1	4.342,2
A.1 - Imposto de Importação	0,3	-	0,3
A.2 - Imposto s/ Produtos Industrializados	186,8	102,8	84,1
A.3 - Imposto de Renda	2.374,0	1.068,3	1.305,7
A.4 - IOF	529,7	-	529,7
A.5 - Cofins	1.600,1	-	1.600,1
A.6 - PIS/PASEP	310,5	-	310,5
A.7 - CSLL	511,8	-	511,8
A.8 - Outras adm pela SRFB	-	-	-
B. OPERAÇÕES COM ATIVOS	(5.552,2)	-	(5.552,2)
C. RECEITA DA PREVIDÊNCIA (RGPS)	1.000,0		1.000,0
D. RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS	12.050,1	(276,9)	12.327,0
D.1 - Concessões e Permissões	3.700,0	-	3.700,0
D.2 - Compensações Financeiras	4.333,0	(276,9)	4.609,9
D.3 - Dividendos e Participações	2.900,0	-	2.900,0
D.4 - Demais	1.117,1	-	1.117,1
E - TOTAL	13.011,2	894,2	12.117,0

1.3 Cenário Macroeconômico e Finanças Públicas

21. Em Anexo à este Relatório encontra-se a Tabela de parâmetros macroeconômicos observados e a previsão dessas variáveis na Proposta para 2014, na visão do mercado e na ótica do Congresso Nacional.

22. As projeções de receitas na Proposta fundam-se, regra geral, na arrecadação realizada até junho de 2013 e na estimada para o segundo semestre desse exercício, tendo-se em conta hipóteses de comportamento dos parâmetros relevantes até o final desse ano e para o exercício de 2014 e sobre informações específicas de empresas e órgãos do Poder Executivo.

23. Integram o rol desses indicadores os índices geral de preços e de preços ao consumidor, os índices de preços específicos de produtos ou mercadorias, as expectativas de crescimento real da economia e de



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

variação da massa salarial, da taxa de câmbio e da taxa de juros, para citar os mais importantes.

24. Naquela Tabela, os indicadores referentes à 2ª Avaliação correspondem à Reprogramação que foi a última projeção de receita para 2013 elaborada pelo Poder Executivo antes do encaminhamento ao Congresso do Projeto de Lei Orçamentária para 2014.
25. As estimativas dos indicadores econômico-fiscais usadas pelo Poder Executivo na previsão de receitas para 2014 foram predominantemente as que constaram de grade de parâmetros de 02 de julho da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. De acordo com o Projeto da LDO para 2014, Anexo II, inciso XXI, em tramitação, em 21 de novembro de 2013 deverá haver comunicação do Poder Executivo sobre eventual adoção de novas hipóteses de comportamento futuro para os principais parâmetros macroeconômicos. Não obstante isso, foi gentilmente antecipado à esta Relatoria novas previsões para o IGPdi, IPCA, taxa de câmbio e taxa Selic e a manutenção da previsão do crescimento do PIB em 4,0%, e que constarão dessa atualização de parâmetros.
26. O Projeto de Lei Orçamentária para 2014 assenta suas projeções fiscais tendo como pano de fundo a retomada sustentada da atividade econômica e do investimento. Em 2013, a revisão da variação esperada pelo Governo do Produto Interno Bruto (PIB) para 2,5% reflete, ainda, o impacto de um quadro internacional em lenta recuperação econômica.
27. O Poder Executivo espera que a recuperação recente da taxa de investimentos no Brasil seja acelerada com a retomada do processo de abertura de licitações de concessões nas áreas de infraestrutura e de energia. Isso, associado à demanda interna ainda robusta e aos efeitos positivos da desvalorização do real sobre a produção industrial⁵, permitirá

⁵ A estimativa de receita do IPI-outros embute um aumento de 4,5% na produção física da indústria da transformação.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

que se eleve a taxa de crescimento real do PIB em 2014 para 4,0%, aproximando-a da taxa média de 4,2% do período 2004-2011⁶.

28. Pela Proposta, o Poder Executivo estima que o PIB nominal de 2013 será de R\$ 4.834,4 bilhões e, em 2014, atingirá R\$ 5.242,9 bilhões, com um aumento nominal de 8,45%.
29. As medidas tomadas para elevar a competitividade operacional do setor produtivo, associadas com a prática de uma taxa de câmbio médio mais favorável ao comércio exterior, deverão permitir um melhor desempenho do setor industrial, a despeito da necessidade de se executar uma política monetária mais rígida visando conter pressões inflacionárias.
30. A Proposta admite uma taxa básica de juros (SELIC) média de 9,3% em 2014, contra 8,2% esperada para 2013, e uma taxa de câmbio média, para os mesmos exercícios, de R\$ 2,09 e R\$ 2,19, por unidade de dólar. Ao final de exercício, a SELIC de 2013 e 2014 é suposta em 9,25%.
31. A lenta superação da crise externa impactou negativamente no ritmo de evolução da economia brasileira, com a expectativa de crescimento do produto para 2013 sendo sucessivamente revista para menor no decorrer do exercício, num comportamento semelhante ao observado no ano anterior. Num primeiro momento, a Proposta do Poder Executivo para 2013 esperava crescimento de 5% para o PIB. O Congresso Nacional baixou essa expectativa para 4,5% na Lei Orçamentária, com base no cenário que prevaleceu no Parecer da Receita, diante da evolução muito tímida da atividade e antevendo novos percalços adiante. O Poder Executivo acolheu nova redução para 3,5%, por ocasião da edição do Decreto de Reprogramação. Na 2ª Avaliação, ao final de julho, voltou a reduzir a expectativa de crescimento para 3% e, na 3ª Avaliação do 4º bimestre, ajustou-o mais uma vez, estimando em 2,5%. Esta última hipótese de crescimento anual do PIB de 2013 foi empregada nos cálculos da Proposta

⁶ Segundo o Focus – Relatório de Mercado, *op. cit.*, embora os agentes de mercado estejam mais pessimistas, prevendo uma variação do PIB de apenas 2,13% para 2014, para 2013 eles têm caminhado para uma posição de convergência às expectativas do Governo, prevendo também um crescimento de 2,50%. Quanto à variação do IPCA, enquanto o Governo espera uma variação acumulada de 5,70% para 2013 e de 5,00% para 2014, o setor privado tem expectativas de 5,85% e 5,92%, respectivamente.

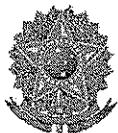


CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

de Orçamento para 2014, por ocasião da revisão da estimativa de receita para 2013.

32. Segundo o IBGE, no 1º semestre de 2013 com relação ao período equivalente de 2012 o PIB mostrou crescimento de apenas 2,6%. Porém, o crescimento do PIB de 1,5% observado no 2º trimestre de 2013 com relação ao 1º trimestre, depois de crescer apenas 0,6% no 1º trimestre com relação ao último trimestre de 2012, levou a que, embora para 2013 o crescimento seja estimado em 2,5%, haja a expectativa de que para 2014 se acelerará para 4,0%⁷.
33. Esse otimismo decorre do fato de que, se anualizada, a taxa de crescimento do 2º trimestre de 2013 corresponderia a uma taxa anual de crescimento superior a 6,0%. Essa avaliação é reforçada por indicações de que o principal motor do crescimento parece estar sendo redirecionado para a demanda de investimentos, uma vez que nesse trimestre, com relação ao anterior, registrou-se o expressivo aumento de 3,6% na formação bruta de capital fixo, o segundo resultado positivo consecutivo em 2013, após mostrar queda nos quatro trimestres de 2012. Com isso, a taxa de investimento saltou de 17,9% do PIB no segundo trimestre de 2012 para 18,6% no segundo trimestre de 2013.
34. Reforça essa avaliação três outros movimentos. Primeiro, o fato de que as licitações de concessões nas áreas energia e de infraestrutura, estas com regras mais atraentes e que elevam a taxa de retorno dos investimentos, deverão intensificar a demanda por investimentos. Segundo, a continuidade das desonerações tributárias visando estimular os investimentos e a competitividade da economia, bem como da linha de crédito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES e de outros instrumentos de financiamentos. Terceiro, o efeito positivo da desvalorização do real sobre a



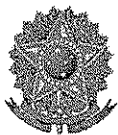
CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

competitividade da produção industrial brasileira, bem como da redução dos preços da energia elétrica de consumo do setor.

35. As despesas de consumo das famílias e administração pública, por sua vez, seguem crescendo em marcas positivas, porém em magnitudes mais moderadas. A taxa de desemprego aberto (regiões metropolitanas), segundo o IBGE, continua baixa: era de 5,6% em julho e caiu para 5,4% em setembro. O rendimento médio real das pessoas ocupadas segue crescendo e alcançou R\$ 1.900,14 em agosto último, com crescimento de 1,04% sobre julho.
36. As importações de bens e serviços apresentaram expansão de 7,9% no segundo trimestre de 2013, com relação ao mesmo período de 2012, e as exportações mostraram incremento de 6,3% na mesma base de comparação. Porém, a expectativa é que, devido ao novo patamar da taxa cambial e à retomada de vigor no comércio internacional, essa posição se reverta a médio e longo prazo, levando a um melhor balanço nessas operações com o exterior e potencializando o crescimento da economia.
37. Por conta do baixo crescimento até agora, as contas públicas em 2013 não estão evoluindo satisfatoriamente, com as Receitas Primárias sendo revistas para abaixo das previstas na lei orçamentária nas três Avaliações de Receitas e Despesas realizadas pelo Poder Executivo no exercício.
38. O Resultado Primário Consolidado do Setor Público executado em 2013, até setembro, segundo o Bacen, soma 1,28% do PIB, inferior ao registrado no mesmo período de 2012 quando alcançou 2,34% do PIB. Recorde-se que a meta consolidada ("cheia") foi fixada em R\$ 155,9 bilhões na LDO2013, correspondendo a 3,10% do PIB, com permissão de abatimento de R\$ 45,0 bilhões a título de despesas com o PAC. Na Avaliação do 3º

⁷ O pessimismo do mercado quanto ao crescimento econômico, embora generalizado, não tem sido uma posição unânime. O economista Francisco Lopes, ex- presidente do BACEN, em artigo no jornal Valor Econômico de 16.08.2013, anterior, portanto, aos dados do IBGE para o 2º trimestre, com base nas informações do IBC-BR do BACEN, antevia uma taxa anualizada de crescimento do PIB de 4,0%, e o economista Jim O'Neill, que criou o termo BRIC, segundo o mesmo jornal de 02.09.2013, em seminário em Campos do Jordão (SP) apontava um cenário favorável para a economia brasileira admitindo que ela tem condições de crescer em 4,0% ao ano, impulsionada, entre outros motivos, pelo aumento da competitividade provocada pela desvalorização cambial.



CONGRESSO NACIONAL

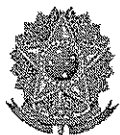
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

bimestre, considerado o abatimento de investimentos do PAC de R\$ 35,1 bilhões, a meta estaria em 2,30% do PIB.

39. Para 2014, no Projeto da LDO para esse exercício, ainda em tramitação, a meta de Resultado Primário consolidado pretendido é de R\$ 167,4 bilhões (equivalente a 3,20% do PIB), mantida a regra de que a União não é obrigada a compensar eventual frustração de cumprimento de meta pelos governos locais, e podendo ser abatido da meta R\$ 58,0 bilhões de despesas com o PAC e mais R\$ 9,0 bilhões por eventuais desonerações tributárias. Aos governos locais caberiam R\$ 51,3 bilhões (1,0% do PIB).
40. A Proposta de Orçamento para 2014 fixou a meta “cheia” de Resultado Primário da União em R\$ 116,1 bilhões (2,20% do PIB) e a meta “líquida” em R\$ 58,1 bilhões (1,10% do PIB), com a aplicação do redutor de R\$ 58,0 bilhões relativos a despesas com o PAC, cabendo o restante R\$ 51,3 bilhões (1,0% do PIB) aos governos locais.
41. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) como proporção do PIB continua em sua trajetória de queda em 2013, tanto pela realização de resultados primários positivos e queda na taxa básica de juros como, sobretudo, influenciada pela desvalorização cambial recente, situando-se em 35,0% do PIB em setembro último, contra 37,1% do PIB em janeiro de 2012 e 35,6% do PIB em março de 2013. A Proposta para 2014 contempla a hipótese de 34,8% do PIB de DLSP ao fim de 2013 e de 33,9% do PIB ao fim de 2014, queda essa reforçada pela maior expectativa de crescimento econômico. Os agentes de mercado consultados semanalmente pelo Banco Central preveem estabilidade na relação, sendo 34,5% do PIB para 2013 e 34,5% do PIB para 2014⁸.
42. A Dívida Bruta do Governo Geral, por seu turno, tem mostrado movimento em direção contrária, saindo de 55,0% do PIB em janeiro de 2012 para 57,8% do PIB em julho desse mesmo ano; para 59,0% do PIB em janeiro de 2013 e 59,4% do PIB em julho último, impulsionada pelas operações

⁸ Op. cit.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

compromissadas que eram de 10,4% do PIB em junho de 2012 e subiram para 15,5% do PIB em julho de 2013.

43. Relativamente à meta da taxa básica de juros SELIC, depois de ter voltado a um dígito no início de março de 2012 essa taxa continuou caindo até atingir 7,25% na reunião do Copom de 10 de outubro desse ano, a menor historicamente observada. Foi assim mantida até a reunião de 17 de abril de 2013 quando, devido ao recrudescimento das pressões inflacionárias, foi elevada para 7,50% ao ano. Em 09 de outubro último foi fixada em 9,50% e a última expectativa dos agentes de mercado é que feche o exercício em 10,0%. Para 2014 a expectativa é que encerre o exercício em 10,25%, principalmente para evitar que a desvalorização cambial recente intensifique as pressões sobre os índices de preços⁹.
44. A queda na taxa SELIC contribuiu para que os juros nominais líquidos como proporção do PIB caísse de 5,7% em 2011 para 4,8% em 2012, estabilizando nesse patamar em junho de 2013. A retomada de elevação da taxa SELIC para conter a escalada inflacionária não deve significar elevação significativa nesse índice, uma vez que atualmente a parte da dívida pública influenciada por essa taxa está bastante reduzida. A propósito, no âmbito do Governo Central, a Proposta projeta para 2014 juros nominais de 3,3% do PIB, abaixo do percentual de 3,5% do PIB previsto para 2013 e igual à marca observada em 2012.
45. Nessas condições, a Proposta para 2014 espera que o Resultado Nominal do Setor Público Consolidado se estabilize em 2,4% do PIB, depois de ter atingido esse mesmo nível em 2013 e registrado 2,5% do PIB em 2012. Para o Governo Central esse Resultado, que mostrou um déficit de 1,4% do PIB em 2012, é esperado na Proposta para subir a 2,2% do PIB em 2014, com estimativa de 2,0% do PIB em 2013. Porém, até setembro de 2013, segundo o Bacen, o Déficit Nominal Consolidado acumula 3,77% do PIB. Em 2012 esse número foi de 2,65% do PIB.

⁹ *Op. cit.*



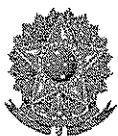
CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

46. Relativamente ao petróleo, após os preços elevados atingidos em 2008, (até US\$ 133,00 para o *Brent*), as cotações caíram significativamente e nos últimos dois anos ficaram mais estáveis. A Proposta emprega cotação média do barril do tipo *Brent* de US\$ 104,50 para 2013 (a mesma das Avaliações do 3º e 4º bimestres) e de US\$ 112,55 para 2014. Embora a recuperação econômica mundial seja lenta essa perspectiva positiva já pressiona o consumo e o preço do petróleo recentemente fechou em US\$ 106,00 em Londres.
47. O câmbio médio para 2014 de acordo com o prognóstico mais recente do mercado será mais elevado do que o previsto no Projeto de Lei Orçamentária, envolvendo uma taxa de R\$ 2,32 por dólar contra R\$ 2,19 por dólar na Proposta. Para 2013 os valores estão mais próximos, com a cotação média do dólar nas Avaliações do 3º e 4º bimestres em R\$ 2,09, enquanto que o mercado espera R\$ 2,16.
48. A massa salarial continua apontando para expressivo crescimento. Em termos nominais se expandiu notavelmente em anos de elevado crescimento da economia: 16,4% em 2008 e quase 15% em 2010. Mesmo em anos de baixas taxas de crescimento, houve melhoria considerável no rendimento do trabalho: 8,6% em 2009 e 16,2% em 2011. O Projeto de Lei Orçamentária para 2014 contempla expansão da massa em 10,09%, abaixo de 2013 que está estimada em 11,27% devido, entre outros, ao menor crescimento econômico que influencia a fixação do aumento do salário mínimo.
49. Parâmetros específicos afetarão itens relevantes da receita tradicionalmente administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2014, como as vendas de produtos do fumo, bebidas e veículos. A variação do volume de importações, que vinha subindo em passado recente, é esperada para arrefecer de ritmo devido ao encarecimento da moeda estrangeira dominante.

1.4 Avaliação das Estimativas de Receita do PLOA2014





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

50.A metodologia de estimação das receitas primárias contidas no PLOA2014 acha-se comentada no item 1.8 deste Parecer.

51.As estimativas de receita constantes das Propostas de Orçamento encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo foram sempre, até a crise de 2008/2009, inferiores aos valores efetivamente realizados. Desde 2009, porém, o arrecadado tem ficado abaixo da estimativa da Proposta, com exceção de 2011 quando superou em 2,4% a prevista no Projeto de Lei e praticamente empatou com a Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.¹⁰ Em 2012, apesar do aumento da Receita com Dividendos, a receita realizada ficou 3,4% menor do que a da Proposta e 6% abaixo da orçada em Lei. Para 2013, tomando por base a estimativa de arrecadação constante do Relatório de Avaliação da Receita e Despesa do 3º bimestre, elaborado pelo Poder Executivo, a receita realizada deverá ficar 3,4% abaixo da Proposta e em torno de 5% abaixo da prevista na Lei Orçamentária do exercício¹¹.

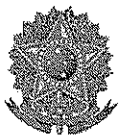
1.4.1 A Reestimativa das Receitas do Orçamento para 2013

52.A reestimativa da Receita Primária Total para 2013, contida na Reprogramação decorrente da Avaliação do 3º Bimestre, no montante de R\$ 1.174,2 bilhões e equivalente a 24,29% do PIB, supera nesta medição todas as receitas arrecadadas em exercícios anteriores desde 2008; porém, fica abaixo da prevista na LOA2013 que é R\$ 1.248,1bilhões, com uma diferença de R\$ 73,9 bilhões¹². A revisão da estimativa de Receitas com Concessões permitiu que a previsão do 3º bimestre de 2013, em seu total, diminuísse apenas levemente com relação à Avaliação do 2º Bimestre, a

¹⁰ Mesmo em 2010 a receita realizada, se não considerado o ingresso extraordinário de R\$ 78,4 bilhões, produto da venda de cinco bilhões de barris de petróleo pela União à Petrobras, ficou abaixo da Proposta em R\$ 7,4 bilhões.

¹¹ A receita com Dividendos em 2012 alcançou 0,64% do PIB contra uma média de 0,53% dos dois anos precedentes.

¹² Foi excluído da estimativa do 3º bimestre o valor de R\$ 10,8 bilhões referente à compensação ao RGPS pela perda de receita com a desoneração da folha.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

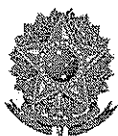
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

despeito da frustração de arrecadação das Receitas Administradas pela RFB e das desonerações da folha de pagamentos¹³.

- 53.A Receita Administrada pela RFB, o maior subconjunto das Receitas Primárias, mostrou fraco desempenho na arrecadação realizada até julho, destacando-se, em particular, a frustração ocorrida no mês anterior, mesmo com a ocorrência de entrada de importantes ingressos atípicos. A erosão da base tributável, decorrente da atividade econômica bastante menor do que a prevista em Lei, ou mesmo na Reprogramação do Poder Executivo, concorreu para novos recuos na estimativa dessa receita para 2013 na Avaliação do 3º Bimestre¹⁴.
- 54.Como proporção do PIB, é bem possível que esse segmento arrecadará em 2013 menos do que em 2012, a despeito da valorização do dólar, que encarece a base tributável das importações, e da recomposição das alíquotas de IPI de produtos da linha branca e automóveis. Esse comportamento pode ser agravado pela expectativa otimista de arrecadação de receitas atípicas, que era de R\$ 21,2 bilhões na Avaliação do 2º Bimestre e continua com valor elevado para o segundo semestre, no qual se espera uma arrecadação de R\$ 13,0 bilhões. A título de ilustração, em 2012 a Lei Orçamentária previu R\$ 31,0 bilhões como receita atípica, mas foram arrecadados somente R\$ 10,0 bilhões, de acordo com o Projeto de LDO de 2014.
- 55.Relativamente à Arrecadação Líquida do INSS, o segundo mais importante bloco das Receitas Primárias, a arrecadação prevista para 2013 em R\$ 302,2 bilhões na Avaliação do 3º Bimestre, não incluindo a compensação

¹³ O Relatório de Avaliação de Receita e Despesa do 4º bimestre, embora tenha mostrado aumento de R\$ 4,2 bilhões na expectativa de arrecadação de Receita Primária Bruta para 2013, indicou nova queda de R\$ 1,3 bilhão na expectativa da Receita Administrada pela RFB para 2013. O aumento da Receita Primária Bruta deveu-se ao aumento da expectativa com Receitas de Concessões, Receitas Próprias e Demais Receitas. Tudo somado, a Receita Primária Bruta estimada nessa Avaliação continua R\$ 64,2 bilhões abaixo da prevista na LOA2013.

¹⁴ A Secretaria da Receita Federal do Brasil em seu informe mensal gerencial de setembro mostra que, no período de jan-set de 2013 relativamente ao mesmo período de 2012, a arrecadação de tributos por ela administrados, inclusive o RGPS, aumentou em termos reais apenas 1,19%. Excluindo-se a receita do RGPS, o aumento real no período de comparação cai para apenas 0,49%. Depois de no acumulado até os meses março e abril registrar decréscimos reais houve uma leve recuperação, mas no acumulado dos últimos meses o crescimento real tem girado em torno de 1,0%, refletindo a baixa atividade econômica.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

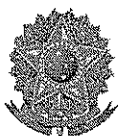
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

pelas desonerações da folha, parece bem avaliada, embora do ponto de vista da transparência seja lamentável que não haja separação das cobranças sobre a folha e sobre o faturamento¹⁵. Até julho foram arrecadados R\$ 160,1 bilhões. A programação mostra aumento de 10,3% em relação a 2012 e novo crescimento em proporção do PIB, de 6,25% do PIB para 6,48% do PIB, a despeito das desonerações.

56. Dentro do terceiro grande bloco de Receitas Primárias, a chamada Receita Não Administrada, destaca-se o aumento na estimativa de Receita com Concessões. Essa estimativa, com R\$ 23,1 bilhões para 2013 contra um valor realizado de R\$ 2,2 bilhões em 2012, parece bem ajustada, mas depende que sejam exitosos os leilões e não haja atrasos de nenhuma ordem em seu cronograma. Até julho foram arrecadados R\$ 3,2 bilhões, com destaque para o ingresso de grande parte do resultado da 11ª. Rodada do pós-sal (R\$ 2,8 bilhões). A previsão para 2013 contempla ingresso de R\$ 15,0 bilhões relativo ao bônus de assinatura do contrato de partilha de produção do campo de Libra, com leilão previsto para 22 de outubro. O leilão em 31 de outubro dos terminais do Galeão (RJ) e de Confins (MG) terá valores mínimos de outorga de R\$ 4,7 bilhões e R\$ 1 bilhão, a serem pagos de forma parcelada. Recorde-se que quando os Aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos foram leiloados, o ágio foi, em média, de quase 350%. O arrendamento de Portos em São Paulo (Santos, mais de trinta áreas) e no Pará (cinco portos), e a concessão de rodovias e de ferrovias produzirão apenas investimentos e tarifas mais baixas.

57. Outro importante item desse bloco é a Receita com *Royalties* e Compensações Financeiras, estimada em R\$ 38,0 bilhões para 2013, 11,4% acima dos R\$ 34,1 bilhões realizados em 2012, refletindo os efeitos combinados da cotação do dólar em elevação (média de R\$ 1,95 em 2012;

¹⁵ A desoneração da folha salarial começou a ser adotada pelo governo federal em agosto de 2011 como uma das medidas de apoio à competitividade, o chamado Plano Brasil Maior. Os quatro primeiros setores a experimentar a troca da base de cálculo foram o têxtil, calçados, vestuário e *software*, intensivos em mão de obra. Na segunda rodada entraram os setores de *call centers* e hotéis. Hoje a nova sistemática abrange fabricantes de produtos de mais de 60 capítulos da tabela de incidência do IPI.



CONGRESSO NACIONAL

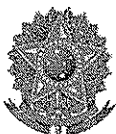
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

média de R\$ 2,00 no primeiro semestre de 2013 e média de R\$ 2,35 esperada para o segundo semestre), da perspectiva de aumento da produção de petróleo no final do segundo semestre e do preço médio de referência do barril *Brent* de US\$ 104,50. Até julho foram arrecadados R\$ 23,0 bilhões e, se considerados os 12 últimos meses medidos nesse mês, a receita é de R\$ 35,2 bilhões.

58. A estimativa da Receita com Dividendos de R\$ 22,0 bilhões, de acordo com a reprogramação, mostra um recuo significativo em relação à que constou da Proposta para 2013, estimada em R\$ 26,3 bilhões, à que foi prevista na Lei Orçamentária de 2013, que por pedido do Poder Executivo foi aumentada para R\$ 34,6 bilhões¹⁶, e mesmo à previsão contida na Avaliação do 2º Bimestre elaborada pelo Poder Executivo que a estimava em R\$ 24,0 bilhões.
59. Nem por isso, as Receitas com Dividendos deixaram de ser a salvação de caixa em finais de bimestre, pois até maio havia ingressado R\$ 3,9 bilhões e em junho foram recebidos outros R\$ 3,8 bilhões, colaborando para o anúncio de um bom Resultado Primário.
60. Em junho, a Caixa antecipou R\$ 1,2 bilhão relativo ao lucro do primeiro semestre, e o BNDES pagou R\$ 2,0 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão atribuído pela imprensa à mudança no estatuto que permitiu ao banco transformar em dividendos a reserva para futuro aumento de capital. De R\$ 7,7 bilhões de dividendos recebidos no primeiro semestre, quase 70%, vieram dos lucrativos bancos públicos BNDES e CEF, sendo que o primeiro foi responsável por 53%¹⁷. Em 12 meses encerrados em julho, essa rubrica soma R\$ 25,5 bilhões.
61. A Avaliação do 2º Bimestre prevê ainda R\$ 8,1 bilhões de Receita de Operações com Ativos. Essa receita refere-se à venda de patrimônio

¹⁶Ver em <http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/loa/2013/elaboracao/ciclo-geral/erratas-e-adendos/adendo-com-itens-8-e-9>.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

inservível da União e na Proposta para 2013 constava receita de R\$ 4 bilhões. Por pedido do Poder Executivo, estimativa praticamente dobrou na Lei Orçamentária de 2013, provavelmente para abrigar aumento das renúncias com desonerações tributárias. Até julho de 2013, nada havia ingressado a esse título e, provavelmente, assim continuará até o fim do exercício.

1.4.2 A Estimativa das Receitas no Orçamento para 2014

62.A Receita Total do Projeto de Lei de Orçamento para 2014 soma R\$ 2.450,6 bilhões, sendo composta por R\$ 1.298,4 bilhões de Receitas Primárias Brutas; R\$ 1.046,6 de Receitas Financeiras e R\$ 105,6 bilhões de Receitas do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais¹⁸.

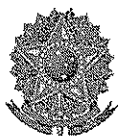
63.A Receita Primária Bruta, ou Total, que é a relevante para efeito de análise da alocação de recursos no orçamento pelo Congresso Nacional, é estimada em R\$ 1.298,4 bilhões, valor este que deverá ser recorde, chegando a quase 24,8% do PIB, superior às marcas observadas no período de 2008 a 2011.

64.As Receitas Primárias Líquidas aumentam de R\$ 990,1 bilhões em 2013 para R\$ 1.080,6 bilhões no PLOA2014, passando de 20,48% do PIB para 20,61% do PIB, com acréscimo nominal de R\$ 90,5 bilhões.

65.As Transferências Legais a Estados e Municípios são estimadas em R\$ 217,7 bilhões para 2014 contra uma estimativa de R\$ 184,1 bilhões para 2013, elevando sua magnitude como proporção do PIB de 3,81% para 4,15%, em grande parte em decorrência da partilha de tributos cuja arrecadação correlaciona-se com o crescimento do PIB e dos ganhos esperados com o crescimento dos *royalties* da produção de petróleo.

¹⁷ Ainda assim, faltou R\$ 1,8 bilhão devido pela Eletrobras, que, novamente segundo a imprensa, teria obtido empréstimo de R\$ 2,5 bilhões junto ao BNDES para capital de giro com garantia da União e contragarantia de recebíveis de Itaipu para investir, mas também para quitar compromissos financeiros, entre eles o pagamento da quarta e última parcela da reserva especial de dividendos, em parte devida ao próprio BNDES.

¹⁸ Foi destacado do valor da Receita Primária Bruta e da Receita Total do Orçamento, o valor de R\$ 17,0 bilhões relativo à compensação pelo Tesouro ao RGPS pela desoneração da folha de pagamentos.



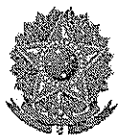
CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

1.4.2.1 Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS, para 2014

66. Na Proposta, a Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal Brasil (RFB), exceto RGPS, cresce em relação ao PIB, no conjunto e em quase todos os itens que a integram, passando no total de 14,71% do PIB no realizado de 2012 para 14,54% do PIB previsto para 2013 para 15,10% do PIB estimado para 2014.
67. A arrecadação do Imposto de Importação fica praticamente estável nas estimativas da 2ª Avaliação de 2013 e na previsão do PLOA2014 que é de 0,78% do PIB, com o esperado aumento do valor em dólar das importações de 4,4% e da variação cambial de 4,2% sendo contrabalançados pelo efeito-legislação negativo decorrente da redução da alíquota média do tributo.
68. Chamam atenção os avanços de arrecadação previstos de 2013 para 2014 para o Imposto de Renda, que passa de 5,60% do PIB para 5,92% do PIB, com aumento nominal de R\$ 41,8 bilhões, e para o IPI, com aumento nominal de R\$ 10,8 bilhões, de 0,97% do PIB para 1,10% do PIB, destacando-se o efeito-quantidade positivo esperado de 3,7% para o primeiro e de 4,5% para o IPI-Outros. A receita do IPI cresce a despeito de contar com a prorrogação, ainda que em menor dimensão, das desonerações dos bens da linha branca e outros bens de consumo popular (móveis, luminárias, etc).
69. A receita conjunta das contribuições da COFINS/PIS-PASEP aumenta levemente de 2013 para 2014, passando de 5,0% do PIB para 5,1% do PIB, com a variação de quantidade seguindo aproximadamente a variação esperada para o PIB e a de preços a variação do IPCA, amortecidas pela continuidade de desonerações que resultam num efeito-legislação negativo.
70. Tomando-se os tributos e contribuições com bases tributárias assemelhadas, os maiores crescimentos nominais de receita em relação à 2ª Avaliação de 2013 ocorrem no IRPJ/CSLL, com crescimento de R\$ 29,5 bilhões, e na COFINS/PIS-PASEP, com R\$ 24,7 bilhões. Do aumento



CONGRESSO NACIONAL

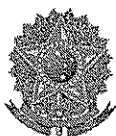
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

esperado de R\$ 89,5 bilhões nas Receitas Administradas pela RFB, esses tributos responderão por mais de 60,0%.

- 71.No conjunto IRPJ-CSLL, o primeiro é o maior responsável pelo crescimento nominal esperado, respondendo por um acréscimo de R\$ 23,5 bilhões, com sua participação aumentando de 2,23% do PIB para 2,51% do PIB. A arrecadação da CSLL fica praticamente estável, em parte devido ao efeito-legislação negativo que também se aplica ao IRPJ.
- 72.A previsão de receita nula para CIDE- combustíveis para 2014, contra uma estimativa de receita de R\$ 238,2 milhões para 2013, deve-se a presunção de continuidade da zeragem de suas alíquotas com o objetivo de evitar o aumento dos preços da gasolina e do diesel na bomba, como forma de conter o crescimento da inflação.
- 73.Ponto delicado da estimativa é a previsão de receitas extraordinárias, ou atípicas, que na avaliação do Poder Executivo podem chegar a R\$ 27,0 bilhões em 2014, superior ao valor de R\$ 25,3 bilhões contido no PLOA 2013. Para 2014 essas receitas estão predominantemente alocadas em tributos de base de cálculo assemelhadas, com a COFINS/PIS-PASEP contando com R\$ 9,1 bilhões e o IRPJ/CSLL com R\$ 6,1 bilhões .
- 74.A receita do IOF fica praticamente estável como proporção do PIB e mostra aumento nominal de R\$ 3,4 bilhões em 2014, dos quais R\$ 1,1 bilhão decorrente de ingressos extraordinários.
- 75.As Outras Receitas Administradas pela RFB, onde também se inclui a arrecadação de tributos por conta de renegociação de dívidas de contribuintes ainda não classificados em seus devidos códigos, cai levemente em termos de participação no PIB e mostra queda nominal de R\$ 200,0 milhões em 2014.

1.4.2.2 Arrecadação Líquida do RGPS para 2014

- 76.A Arrecadação Líquida do RGPS prevista no PLOA2014 aumentará em R\$ 37,6 bilhões, com relação à 2ª Avaliação de 2013, e continuará crescendo como proporção do PIB: de 5,62% em 2010; 5,94% do PIB em 2011; 6,26%



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

do PIB em 2012; 6,25% do PIB em 2013 e 6,48% do PIB em 2014, com os aumentos devidos à continuidade da formalização do mercado de trabalho e ao aumento real dos rendimentos, a despeito das desonerações ocorridas nas folhas de diversos setores.

77. A estimativa de Arrecadação Líquida do RGPS consta deste nosso Relatório pelo valor que efetivamente irá ser arrecadado da sociedade, e não como está na Mensagem do PLOA2014 que a apresentou como a soma dos valores de arrecadados com as transferências do Tesouro a esse Regime pelas compensações por desonerações do encargo patronal da folha de salário de setores específicos, conforme determina a legislação. Optamos por essa forma de apresentação porque em termos de carga tributária a forma de apresentação do Poder Executivo superestimaria a estimativa. Os valores estimados de transferências às esses títulos são de R\$ 10,8 bilhões para 2013 e de R\$ 17,0 bilhões para 2014¹⁹.

1.4.2.3 Receitas Não Administradas para 2014

78. No conjunto das Receitas Não Administradas, o decréscimo nominal de receita de R\$ 2,9 bilhões, de 2013 para 2014, decorre principalmente da queda da Receita com Concessões, que mais do que compensa itens em que houve acréscimos, pois diminui em R\$ 13,3 bilhões, dado que a receita de 2013 está sendo magnificada pelo bônus de assinatura do campo Libra estimado em R\$ 15,0 bilhões. Embora em queda, o valor esperado de R\$ 9,8 bilhões dessas receitas é significativo e se explica pela outorga novas licenças de serviços de telecomunicações, incluindo TV por assinaturas, bem como pelo pagamento de parcelas de licitações ocorridas em anos anteriores, como as relativas às bandas 3G, H e 4G.

79. As Receitas Não Administradas, de uma maneira geral, têm oscilado muito nos últimos anos, refletindo em grande parte a tentativa do Governo em compensar a frustração das receitas tributárias cujo comportamento tem

¹⁹ Trata-se de "Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)".



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

ficado abaixo do desejável em decorrência do baixo crescimento econômico²⁰.

80. As Receitas com *Royalties* e Compensações Financeiras continuam crescendo, passando de R\$ 38,0 bilhões em 2013 na 3ª Avaliação para R\$ 43,6 bilhões em 2014, aumentando de 0,79% do PIB para 0,83% do PIB, mostrando aumento nominal de R\$ 5,6 bilhões. Essas receitas, que quase integralmente vêm do petróleo, dependem de: a) da taxa de câmbio média do dólar, estimada pela ANP em R\$ 1,995; b) do aumento da produção, estimado pela ANP em 21,05% e c) da cotação média do barril *Brent* estimada em US\$ 112,55²¹.

81. Pelo lado negativo, destaca-se a expectativa de queda da Receita de Operações com Ativos que diminui em R\$ 2,5 bilhões entre as estimativas de 2013 e 2014, embora se registre que nada provavelmente será arrecadado em 2013 como historicamente tem acontecido. Alega-se, porém, que no presente haverá condições mais favoráveis de realizar tais alienações, tendo em vista modificações operadas na estrutura operacional de gerenciamento e controle desses bens.

82. A Receita com Dividendos, refletindo uma mais modesta expectativa de pagamentos por parte das empresas estatais, devido à menor lucratividade, diminui de 0,46% do PIB em 2013 para 0,40% do PIB em 2014, mostrando queda de R\$ 1,0 bilhão.

83. O Projeto de Lei contempla também a Receita do complemento do FGTS. Em 2013, a receita desse item está estimada em R\$ 3,1 bilhões. A previsão para 2014 é de R\$ 3,8 bilhões.

84. A Contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS para 2014 mostra participação de 0,22% do PIB, caindo levemente com relação a 2013.

²⁰ Em 2012, por exemplo, a rubrica Receitas Próprias teve sua receita reforçada com o resgate de R\$ 12,4 bilhões que estavam alocados no Fundo Soberano.

²¹ Na grade de parâmetros da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda é informado câmbio médio de R\$ 2,19/US\$ e cotação média do barril de petróleo de US\$ 98,62, divergentes dos dados fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP. Este órgão estima que a produção diária de petróleo aumentará de 2.090.000 barris/dia para 2.530.000 barris/dia de 2013 para 2014.



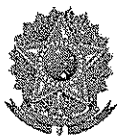
CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

85. A Contribuição do Salário-Educação cresce levemente em 2014, aumentando a participação no PIB de 0,34% para 0,36%, com variação nominal de R\$ 2,4 bilhões.
86. A Receita Própria (fontes 50, 81 e 82) está comentada mais adiante no item 1.4.3 deste Parecer. As Demais Receitas aumentam em R\$ 5,2 bilhões, com sua participação no PIB crescendo de 0,72% para 0,77% nesses mesmos exercícios.
87. Finalmente, o aspecto negativo das estimativas contidas na Proposta para 2014 é que haverá um novo aumento da Carga Tributária. A despeito das desonerações tributárias concedidas, inclusive com a zeragem da alíquota da Contribuição da CIDE sobre combustíveis, a Receita Primária Total estimada para 2014 equivale a 24,8% do PIB e é superior à carga fiscal de 24,3% do PIB estimada na Reprogramação para 2013 e ao índice de 24,1% do PIB decorrente da arrecadação realizada em 2012.

1.4.2.4 Revisão da Receita para 2014 pelo Congresso Nacional

88. Nossa **avaliação geral** é de que a estimativa da Receita Primária Total contida no PLOA2014, no conjunto e nos mais significativos de seus itens precisa ser ajustada, por quatro razões: a) a expectativa de variação real do PIB em 4,0% e do IPCA de 5,0% para 2014, ainda que em grande parte factível, não incorpora dificuldades recentes derivada da política monetária de combate à inflação, mormente em se considerando a necessidade de reajuste de certos preços administrados e a expectativa de uma taxa de câmbio mais elevada, esta em função da esperada reversão da política monetária americana; b) itens de receita como Concessões, *Royalties* de petróleo, Dividendos, RGPS e Demais Receitas tiveram alterados as suas expectativas de arrecadação tendo em vista informações mais recentes fornecidas pelo Poder Executivo; c) há um excesso de estimativa de Receitas Extraordinárias na Receita Administrada pela RFB e uma estimativa improvável de arrecadação líquida da Receita com Operações de Ativos; e d)



CONGRESSO NACIONAL

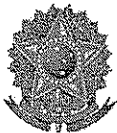
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

a distribuição dos recursos dos *Royalties* do petróleo, feita no PLOA2014 com base na Lei nº 12.734, de 30.11.2012, ignorou os efeitos da Medida Cautelar concedida pelo STF durante o trâmite da ADI 4917 MC/DF que suspendeu a aplicação dessa Lei, contrariando o dever de obediência dos atos e entidades ao nosso ordenamento jurídico-institucional.

89. Informações mais recentes da economia mostram que a aceleração do crescimento real do PIB em 2014, embora factível, está acima do que provavelmente ocorrerá, principalmente levando-se em conta a elevação da taxa de juros SELIC para patamar superior ao previsto no PLOA 2014 (9,50% contra 9,25%), com perspectivas de ter que subir ainda mais devido a, entre outros, à necessidade de adequação dos preços administrados às demandas de investimentos dos respectivos setores e ao fato de que a mudança esperada na política monetária americana deverá pressionar a elevação da taxa de câmbio do real por dólar²².
90. A variação acumulada do IPCA para 2014, prevista no Projeto em 5,0%, muito inferior aos 5,7% esperados para 2013, está subestimada. A propósito, o próprio Poder Executivo reconheceu isso na atualização dos parâmetros, reestimando para 5,3% o IPCA para 2014. Mas, embora mais realista com a evolução dos preços, manteve o otimismo com respeito à taxa de crescimento do PIB mantendo-a nos 4,0% previsto na Proposta.
91. Em nossa avaliação, tendo em conta as razões elencadas, prudente e realísticamente adotamos como parâmetros básicos para 2014 uma previsão de variação para o PIB de 3,8% e uma variação para IPCA de 5,8% acumulado. Para o IGPdi adotamos a variação de 6,0% acumulada, o mesmo número revisto pelo Governo e esperado pelo mercado, também tendo em conta a maior variação na estimativa da taxa de câmbio. Quanto à taxa de câmbio média, o Poder Executivo aumentou-a para R\$ 2,25 para 2014, enquanto nós que empregamos R\$ 2,30, mais próxima à expectativa do mercado de R\$ 2,32.

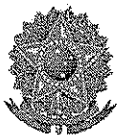
²² O Copom do BACEN, em suas últimas Atas, projeta reajuste da gasolina de 5,0% para 2013.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

92. Conforme é de conhecimento, a evolução da atividade econômica está estreitamente correlacionada com a evolução das Receitas Administradas pela RFB, o principal bloco que compõe o conjunto das Receitas Primárias Brutas. A menor variação real do PIB que admitimos atua no sentido de reduzir as Receitas Administradas pela RFB, enquanto que a maior variação esperada no IPCA médio, aumento na Taxa SELIC e da Taxa Cambial caminham em sentido oposto. O efeito conjugado disso foi elevação da estimativa de arrecadação bruta em R\$ 7,9 bilhões que, diminuído do corte de R\$ 2,4 bilhões efetuado na estimativa das receitas extraordinárias, resultou num aumento bruto na estimativa desse item de receita de R\$ 5,5 bilhões.
93. Relativamente ao crescimento real da economia, concordamos que, conforme a hipótese adotada pela Proposta nos cálculos para a estimativa da arrecadação-base de 2013, o produto da economia irá mostrar um crescimento real de 2,5% nesse exercício, expectativa essa idêntica ao número esperado pelo mercado.
94. Igualmente entendemos que para 2014, dado o crescimento observado nos investimentos no primeiro semestre, conforme apontado pelo IBGE, a formação bruta de capital fixo provavelmente deverá se acelerar com a realização dos leilões de concessões nas áreas de infraestrutura e energia. Some-se a isso um desempenho mais intenso esperado para setor industrial em decorrência dos efeitos indiretos da desvalorização do real em relação ao dólar que torna mais competitiva a produção interna *vis a vis* às importações e estimula a exportação de produtos manufaturados.
95. Mas, embora estejamos de acordo que o crescimento econômico deverá se acelerar de 2013 para 2014, acreditamos que o agravamento do horizonte de dificuldades, pelas razões apontadas, levará a que o crescimento do PIB para 2014 seja inferior à expectativa do Governo, situando-se em 3,8%. Com os novos parâmetros admitidos para cálculo do PIB reestimamos o valor nominal do produto para R\$ 5.280,4 bilhões.

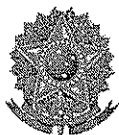


CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

96. Adicionalmente, com base em novas informações e estimativas fornecidas do Poder Executivo, ajustamos para maior vários outros itens de receita, como segue.
97. A Receita com Concessões aumenta em R\$ 3,7 bilhões, pois há uma maior expectativa de concorrência no leilão da frequência de 700 MHz, visto que possibilitará redução pronunciada de custos do setor de telecomunicações.
98. Para a estimativa da Receita com Dividendos, o acréscimo de R\$ 2,9 bilhões decorre da maior previsão de pagamentos por parte da Petrobrás, tendo em vista uma provável correção nos preços dos combustíveis, também necessária para viabilizar o elevado volume de investimento da empresa. Reforça essa expectativa o pelo fato de que essa hipótese igualmente consta das últimas Atas do Copom do BACEN.
99. A Receita com *Royalties* do petróleo aumentam em R\$ 4,3 bilhões brutos em decorrência da revisão da expectativa de aumento da taxa de câmbio média.
100. As Demais Receitas não administradas e a arrecadação do RGPS aumentam cada uma em R\$ 1,0 bilhão em decorrência da elevação da expectativa de inflação.
101. Por último, eliminamos a receita prevista no PLOA2014 relativa a Operações com Ativos, estimada em R\$ 5,6 bilhões, pelas razões já anteriormente apontadas.
102. Apurados os aumentos e perdas de receita em decorrência dessa nossa reavaliação das estimativas da receita para 2014 obtivemos um efeito líquido positivo nas estimativas das Receitas Primária Bruta e Líquida de R\$ 13,0 bilhões e R\$ 12,1 bilhões, respectivamente. Como resultado, a carga tributária estimada mostra uma pequena elevação: de 24,76% do PIB no PLOA2014 para 24,83% do PIB em nossa reestimativa, por conta do aumento das Receitas com Concessões, Dividendos e *Royalties* do petróleo.
103. A seguir, a Tabela II mostra a previsão das receitas efetuada pelo Congresso Nacional para o orçamento de 2014 (coluna F) comparada com a estimativa contida no PLOA2014 (coluna D); com a estimativa para 2013,



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

dada pela Reprogramação Orçamentária (Coluna C); com a previsão da receita da LOA2013 (coluna B) e com os valores realizados de receita de 2012 (coluna A); mostra, também, as variações da receita decorrente da comparação entre o PLOA2014 e a previsão efetuada pelo Congresso Nacional (coluna G). A Tabela II, em seguida, mostra um maior detalhamento da Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS, para as mesmas fontes de estimativas.

TABELA II

RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL E LÍQUIDA

REALIZADA EM 2012 - LEI ORÇAMENTÁRIA E REPROGRAMAÇÃO DE 2013 - PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2014

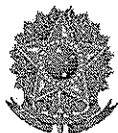
Discriminação	(A) 2012 Realizada		(B) LOA 2013		(C) Repr. 2013 - 2º		(D) PLOA 2014		E = D - C		(F) CONGRESSO		G = F - D	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	1.060.245,0	24,08	1.248.145,0	24,96	1.174.225,9	24,29	1.298.353,7	24,76	124.127,8		1.311.364,9	24,83	13.011,2	
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	647.535,1	14,71	754.923,7	15,10	702.803,4	14,54	791.642,1	15,10	88.838,7		797.155,4	15,10	5.513,3	
I.1.1. Imposto de Importação	31.067,8	0,71	33.719,0	0,67	36.087,2	0,79	41.032,9	0,78	2.945,7		41.033	0,78	0,3	
I.1.2. IPI	44.480,2	1,01	61.858,5	1,24	46.903,3	0,97	57.731,3	1,10	10.828,0		57.918	1,10	186,8	
I.1.3. Imposto sobre a Renda	246.653,3	5,60	282.138,8	5,64	269.004,0	5,56	310.137,8	5,92	41.133,8		312.512	5,92	2.374,0	
I.1.4. IOF	31.023,0	0,70	37.075,8	0,74	31.564,3	0,65	34.985,1	0,67	3.420,8		35.515	0,67	529,7	
I.1.5. COFINS	175.157,8	3,98	189.201,7	3,78	190.748,2	3,95	209.211,2	3,99	18.463,0		210.811	3,99	1.600,1	
I.1.6. PIS/PASEP	46.407,4	1,05	60.451,7	1,01	50.552,9	1,05	56.822,8	1,08	6.269,9		57.133	1,08	310,5	
I.1.7. CSLL	56.541,5	1,28	72.920,1	1,46	62.597,7	1,29	68.550,6	1,31	5.952,9		69.062	1,31	511,8	
I.1.8. CIDE - Combustíveis	2.877,6	0,07	0,0	0,00	238,2	0,00	0,0	0,00	-238,2		-	0,00	-	
I.1.9. Outras Administradas pela RFB (*)	13.326,6	0,30	27.558,2	0,55	13.107,6	0,27	13.170,4	0,25	62,8		13.170	0,25	0,0	
I.2. Incentivos Fiscais	-142,2	0,00	-138,7	0,00	-733,3	-0,02	-146,6	0,00	586,7		-146,6	0,00	0,0	
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	275.764,7	6,26	310.745,1	6,21	302.198,5	6,25	339.839,4	6,48	37.640,9		340.839,4	6,45	1.000,0	
I.3.1. Projeção Normal	275.764,7	6,26	310.745,1	6,21	302.198,5	6,25	339.839,4	6,48	37.640,9		340.839,4	6,45	1.000,0	
I.3.2. Ressarcimento de desonerações previdenciárias (**)	0,0	0,00	5.221,0	0,10	10.767,6	0,22	17.000,0	0,32	6.232,4		17.000,0	0,32	0,0	
I.4. Receitas Não Administradas	137.087,4	3,11	182.614,9	3,65	169.957,3	3,52	167.018,8	3,19	-2.938,5		173.516,7	3,29	6.497,9	
I.4.1. Concessões e Permissões	2.237,1	0,05	15.679,0	0,31	23.062,0	0,48	9.750,9	0,19	-13.311,1		13.450,9	0,25	3.700,0	
I.4.2. Complemento do FGTS	2.784,2	0,06	3.052,3	0,06	3.052,3	0,06	3.780,6	0,07	728,3		3.780,6	0,07	0,0	
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	9.492,6	0,22	11.544,7	0,23	11.544,7	0,24	11.396,5	0,22	-148,2		11.396,5	0,22	0,0	
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	14.775,0	0,34	16.324,3	0,33	16.324,3	0,34	16.726,4	0,36	2.402,1		18.726,4	0,35	0,0	
I.4.5. Cota-Parte de Compensações Financeiras	34.131,2	0,78	47.205,3	0,94	38.007,0	0,79	43.643,2	0,83	5.636,2		47.976,2	0,91	4.333,0	
I.4.6. Dividendos e Participações	28.019,0	0,64	34.639,4	0,69	22.020,3	0,46	21.033,2	0,40	-987,1		23.933,2	0,45	2.900,0	
I.4.7. Operações com Ativos	0,0	0,00	8.062,0	0,16	8.082,0	0,17	5.552,2	0,11	-2.529,8		0,0	0,00	-5.552,2	
I.4.8. Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	18.659,5	0,42	12.022,1	0,24	12.833,9	0,27	12.918,8	0,25	84,9		12.918,8	0,24	0,0	
I.4.9. Demais Receitas	26.988,7	0,61	34.065,7	0,68	35.030,8	0,72	40.217,0	0,77	5.186,2		41.334,1	0,78	1.117,1	
II. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENT.	171.394,4	3,89	204.879,2	4,10	184.104,3	3,81	217.741,0	4,15	33.636,7		218.635,2	4,14	894,2	
II.1. Cide combustíveis	1.117,9	0,03	0,0	0,00	57,9	0,00	0,0	0,00	-57,9		0,0	0,00	0,0	
II.2. Compensações Financeiras/Royalties	22.614,6	0,51	30.170,2	0,60	24.499,8	0,51	30.787,5	0,59	6.287,7		30.510,6	0,58	-276,9	
II.3. Contribuição do Salário Educação	8.787,7	0,20	9.794,6	0,20	9.794,6	0,20	11.235,9	0,21	1.441,3		11.235,9	0,21	0,0	
II.4. FPE/FPM/PIEE	133.911,8	3,04	160.401,4	3,21	146.085,9	3,02	169.371,8	3,23	23.285,9		170.543	3,23	1.171,1	
II.5. Fundos Constitucionais	4.289,8	0,10	3.734,9	0,07	2.853,9	0,06	5.452,6	0,10	2.598,7		5.452,6	0,10	0,0	
II.6. Demais	672,6	0,02	778,2	0,02	812,2	0,02	893,2	0,02	81,0		893,2	0,02	0,0	
III. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (I - II)	888.850,6	20,19	1.043.265,8	20,86	990.121,6	20,48	1.080.612,7	20,61	90.491,1		1.092.729,7	20,69	12.117,0	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças - MPOG e Secretaria de Política Econômica - MF

Memo: Produto Interno Bruto - PIB (R\$ milhões)

(*) Inclui devolução da CPMF

(**) Apenas destacado, não soma nos totais.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

TABELA III

RECEITA ADMINISTRADA PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO RGPS
REALIZADA EM 2012 - LEI ORÇAMENTÁRIA E REPROGRAMAÇÃO DE 2013 - PROPOSTA PARA 2014

RECEITAS	2012 - Realizada		LOA 2013		Reprogr. 2ª Aval. 2013		PLOA 2014		Congresso	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
Imposto sobre Importação	31.068	0,71	33.719	0,67	36.087	0,79	41.033	0,78	41.033	0,78
Imposto sobre Exportação	91	0,00	-	-	-	-	55	0,00	55	0,00
Imposto sobre Produtos Industrializados	44.480	1,01	61.859	1,24	46.903	0,97	57.731	1,10	57.918	1,10
I.P.I. - Fumo	4.079	0,09	5.175	0,10	5.032	0,10	5.539	0,11	5.528	0,10
I.P.I. - Bebidas	3.217	0,07	5.339	0,11	4.317	0,09	4.450	0,09	4.441	0,08
I.P.I. - Automóveis	4.380	0,10	7.797	0,16	4.095	0,08	7.166	0,14	7.208	0,14
I.P.I. - Vinculado à Importação	15.930	0,36	19.041	0,38	14.813	0,31	16.998	0,32	17.030	0,32
I.P.I. - Outros	16.875	0,38	24.507	0,49	18.645	0,39	23.759	0,45	23.711	0,45
Imposto sobre a Renda	246.653	5,60	282.139	5,64	268.271	5,55	310.138	5,92	312.512	5,92
I.R. - Pessoa Física	24.145	0,55	27.394	0,55	24.869	0,51	29.706	0,57	29.669	0,56
I.R. - Pessoa Jurídica	101.104	2,30	119.659	2,39	107.903	2,23	131.368	2,51	132.093	2,50
I.R. - Retido na Fonte	121.404	2,76	134.947	2,70	135.499	2,80	149.064	2,84	150.750	2,85
I.R.R.F. - Trabalho	63.934	1,45	72.355	1,45	77.589	1,60	77.835	1,48	77.507	1,47
I.R.R.F. - Capital	33.854	0,77	37.241	0,74	32.465	0,67	42.277	0,81	43.428	0,82
I.R.R.F. - Remessas ao Exterior	15.262	0,35	19.167	0,38	16.454	0,34	18.714	0,36	19.589	0,37
I.R.R.F. - Outros	8.354	0,19	9.188	0,18	8.991	0,19	10.237	0,20	10.226	0,19
I.O.F. - Imposto de Operações Financeiras	31.023	0,70	37.076	0,74	31.564	0,65	34.985	0,67	35.515	0,67
I.T.R. - Imposto Territorial Rural	589	0,02	-	-	-	-	826	0,02	826	0,02
CPMF - Contrib. Movimentação Financeira	(275)	(0,01)	-	-	(259)	(0,01)	-	-	-	-
COFINS - Contribuição de Seguridade	179.158	3,98	189.202	3,78	190.748	3,95	209.211	3,99	210.811	3,99
Contribuição pro PIS/PASEP	46.407	1,05	50.452	1,01	50.553	1,05	56.823	1,08	57.133	1,08
CSLL - Contrib. Soc. s/Lucro Líquido	56.542	1,28	72.920	1,46	62.598	1,29	68.551	1,31	69.062	1,31
CIDE - Combustíveis	2.878	0,07	-	-	238	0,00	-	-	-	-
Outras Receitas Administradas	12.546	0,28	27.558	0,55	13.108	0,27	12.289	0,23	12.289	0,23
Receita Administrada pela RFB (exceto RGPS)	647.534	14,71	754.924	15,10	702.071	14,52	791.642	15,10	797.155,4	15,10

Fonte: Inf. Complementar ao PLOA 2014

Memo: Produto Interno Bruto (R\$ milhões)

4.402.537,1

5.000.975,4

4.834.393,8

5.242.913,3

5.280.401,77

Nota: Outras inclui Contribuição ao Fundaf e devolução da CPMF de R\$ 275,0 milhões em 2012 e R\$ 259,0 milhões em 2013.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

1.4.3 Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2014

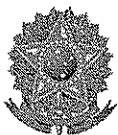
104. As regras da Resolução nº 1/2006 estabelecem que constem deste Relatório, em separado, análise e avaliação das receitas próprias das entidades da administração indireta, em especial as pertencentes às agências reguladoras. Essas receitas provêm de um número elevado de itens, arrecadados por um igualmente elevado número de órgãos públicos, que têm metodologias variadas de estimação (ver Projeto da LDO para 2014, Anexo II - Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014, inciso XI). Em grande parte usam a arrecadação do ano anterior como base de projeção, o crescimento do PIB, como indicador de quantidade, e o IGP-di, para preços.

105. Tais receitas são estimadas em R\$ 12,9 bilhões na Proposta para 2014, correspondendo a 0,25% do PIB. Na reprogramação para 2013 estão previstas em R\$ 12,8 bilhões, correspondendo a 0,27% do PIB.

1.5 Receitas Financeiras para 2014

106. As Receitas Financeiras somam R\$ 1.046,6 bilhões e representam quase 44,6% do valor de R\$ 2.345,0 bilhões da Receita Total na Proposta para 2014, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (o restante é composto pelas Receitas Primárias). Esse percentual tem tido tendência de queda, diante da rolagem mais espaçada da dívida pública mobiliária federal.

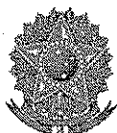
107. A emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, constituídos pelo Refinanciamento da Dívida Pública e TDAs, constitui cerca de 63,0% das Receitas Financeiras.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013–CN

108. A parcela referente ao Refinanciamento da Dívida Mobiliária Federal consta, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma destacada. O montante dessa fonte varia em função do prazo de maturação da dívida mobiliária, sendo tanto menor quanto mais longo for esse prazo, e também em função da composição da dívida.
109. Os dois itens que refletem o relacionamento do Tesouro com o Banco Central (Remuneração das Disponibilidades do Tesouro junto ao Banco Central e Resultado do Banco Central) são estimados em R\$ 85,5 bilhões, representando 8,2% das Receitas Financeiras.
110. As Receitas de Amortizações de Empréstimos a Estados e Municípios montam a R\$ 23,2 bilhões e representam 2,2% do total dos ingressos financeiros.
111. A Tabela IV a seguir, mostra a composição detalhada dessas receitas e a sua representatividade na Receita Total.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

TABELA IV

RECEITAS FINANCEIRAS NO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

Receitas por Natureza	R\$ Milhões	Part %
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA	654.746,9	27,9
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO - OUTRAS APLICAÇÕES	189.184,7	8,1
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	44.182,2	1,9
RESULTADO DO BANCO CENTRAL - DEMAIS OPERAÇÕES	41.290,0	1,8
SERVIÇOS DE JUROS DE EMPRÉSTIMOS	36.361,6	1,6
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS	23.206,0	1,0
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - CPSS -	17.225,0	0,7
OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.054,1	0,4
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	9.628,8	0,4
SERVIÇOS DE REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE		
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	5.913,5	0,3
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	3.515,5	0,1
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - EM CONTRATOS	2.087,0	0,1
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS	1.840,0	0,1
ALIENAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES - PGPM	1.751,0	0,1
AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	1.047,4	0,0
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS - POOC	986,0	0,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	795,5	0,0
AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE PROJETOS	635,0	0,0
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA	623,2	0,0
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	587,5	0,0
JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	379,9	0,0
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS	255,4	0,0
OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	178,4	0,0
REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	146,9	0,0
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO		
PRAZO	6,0	0,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	2,1	0,0
RECETA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E		
MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO DE	0,6	0,0
PREVIDÊNCIA	0,2	0,0
SERVIÇOS DE COMPENSAÇÕES DE VARIAÇÕES SALARIAIS	0,1	0,0
SERVIÇOS FINANCEIROS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS		
Total de Receitas Financeiras:	1.046.630,6	44,6

Memorando

Total de Receitas Primárias:	1.298.353,7	55,4
Total das Receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (*):	2.344.984,3	100,0

Fonte: PL 09/2013 - CN (PLOA 2014)

(*) Para se chegar à Receita Total do PLOA 2014 de R\$ 2.467,6 bilhões deve-se somar R\$ 105,6 bilhões das Receitas do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais e R\$ 17,0 bilhões de transferência do Tesouro ao RGPS pela compensação da desoneração da folha de pagamentos.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

1.6 Receita do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais para 2014

112. As fontes de financiamento do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para 2014 somam R\$ 105,6 bilhões. Esse valor reflete uma diminuição de 4,7% sobre a previsão da Lei Orçamentária de 2013, acrescida de créditos, estimada em R\$ 110,8 bilhões. Porém, com relação ao valor realizado em 2012, a previsão para 2014 significa um acréscimo de 7,8%.

113. A Tabela V, a seguir, mostra as fontes de financiamentos do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais.

TABELA V

Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais

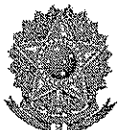
2011 - 2014

R\$ milhões

Discriminação	Realizado		Lei + Créditos	PL nº 009/13-CN
	2011	2012	2013	2014
Recursos Próprios	73.450	80.235	77.484	92.729
Geração própria	73.450	80.235	77.484	92.729
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.984	12.104	16.114	8.582
Tesouro - Direto	202	143	2.462	2.416
Saldo de Exercícios Anteriores	124	473	1.108	1097
Controladora	1.658	11.488	12.544	5.069
Operações de Crédito de Longo Prazo	4.830	3.474	8.998	2.126
Internas	3.295	1.544	3.057	2.126
Externas	1.535	1.930	5.941	0
Outros Recursos de Longo Prazo	2.126	2.062	8.232	2.168
Debêntures	106	49	0	0
Controladora	1.333	659	1.213	2.168
Outras Fontes	687	1.354	7.019	0
Total	82.390	97.875	110.828	105.605

Fontes: Mensagem do PL nº 009/13-CN e Demonstrativos das fontes de financiamento dos investimentos, agregados por natureza - DEST/MPOG (dados até o 3º bimestre de 2013). Elaboração Consultorias

114. Tais fontes são majoritariamente constituídas por recursos próprios das empresas que em 2014 representarão mais de 87% das fontes totais. O setor produtivo responde em torno de 90% desses recursos, sendo que o Grupo Petrobrás, no Brasil e no exterior, é responsável pela maior parcela individual da receita, com cerca de 80% do total, seguido do Grupo Eletrobrás.

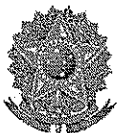


CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013—CN

1.7 Distribuição dos Recursos do Petróleo

115. No tocante à distribuição dos recursos do petróleo, resolvemos refazer a sua formatação, pois o Poder Executivo a elaborou de acordo com as regras constantes da Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012. Ou seja, desconsiderou a Medida Cautelar concedida pelo STF durante o trâmite da ADI 4917 MC/DF que suspendeu os efeitos dessa Lei.
116. Importante destacar que o assunto é complexo e polêmico, mormente por afetar diretamente o pacto federativo. Não obstante, a decisão que tomamos fundamenta-se no fato de que a elaboração do orçamento deve estar em consonância com as decisões que emanam de nosso ordenamento jurídico-institucional, visto ser esse um dos pilares básicos do regime democrático..
117. Essa nova distribuição gerou uma menor transferência de recursos a Estados e Municípios de cerca de R\$ 2,9 bilhões, em quase a sua totalidade compensada pelo aumento das receitas com *Royalties* devido ao emprego de uma maior taxa de câmbio. Assim, entre a estimativa do Congresso Nacional e a contida no PLOA2014, essas transferências se reduzem em apenas R\$ 300,0 milhões (coluna G, Tabela II)
118. Diante dessa nova distribuição de recursos, sugerimos à Relatoria-Geral que avalie a possibilidade de que os acréscimos de receitas que os diversos órgãos públicos irão obter com essa nova fórmula de distribuição de recursos sejam utilizados para recompor as perdas que advirão ao Fundo Social e à Área da Educação.
119. Contudo, em função da aprovação por unanimidade do Plenário desta Comissão dos destaques nºs. 4, 5 e 6, de autoria do Senador Walter Pinheiro, respectivamente, às emendas de Relator de nºs. 8099.0002, 8099.0008 e 8099.0009, foi restabelecida a forma de distribuição contida no Projeto de Lei Orçamentária para 2014, que obedece as regras da Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

1.8 Metodologia da Estimativa das Receitas da Proposta de Orçamento para 2014

120. Como tem ocorrido em exercícios anteriores, a metodologia de estimação das Receitas Administradas pela RFB para 2014 emprega a técnica incremental e toma por base a arrecadação prevista para 2013, depurada do ingresso de receitas atípicas, e acrescida do produto da multiplicação de índices representativos de fatores de variação de preços, de quantidades reais e de alterações legislativas esperados para o ano vindouro e das receitas extraordinárias com expectativas de serem arrecadadas em 2014.
121. A previsão da receita base de 2013 foi feita tomando-se a arrecadação realizada até julho desse ano e a estimada para o segundo semestre desse exercício, tendo-se em conta hipóteses de comportamento dos parâmetros relevantes até o final desse ano, conforme estabelecido pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda em 02.07.2013.
122. Regra geral, como variação de quantidades reais utiliza-se a estimativa de variação real do PIB e para variação de preços emprega-se a variação do IPCA, mas para determinados tributos emprega-se índices específicos de variação real ou de preços. Essa correlação é particularmente válida para as Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.
123. Segundo a Resolução Nº 1, de 2006 - CN, a metodologia a ser utilizada na análise da estimativa da receita deverá ser aquela prevista na LDO. Somente até a LDO de 2009 houve tal previsão, onde se enunciava que as estimativas *“se farão com a observância estrita das normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante”*. De qualquer maneira, a LRF, matriz desse dispositivo, já cuidara do assunto nos mesmos termos:

“Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.”

124. O Comitê de Receitas adotou por muito tempo a mesma metodologia da antiga SRF, atual RFB, para as estimativas das receitas por ela administradas. A observação da arrecadação no ano, até o último mês disponível, permitia que se ajustasse a base da projeção para o exercício seguinte.
125. Desde o orçamento de 2004, o Comitê passou a incorporar em suas previsões uma estimativa de Receitas Atípicas ou Extraordinárias arrecadadas pela RFB e, a partir de 2007, a própria RFB passou a empregá-la em sua modelagem, por ocasião do encaminhamento do PL nº 15/2006.
126. A inclusão de Receitas Extraordinárias (ou Atípicas, ou Esforço de Arrecadação) nas estimativas cumpre o papel de compensar o efeito de variáveis que não são levadas em conta na metodologia linear de previsão adotada pelo Executivo, para incorporar melhorias nos procedimentos de arrecadação, mudança na elasticidade das receitas em relação aos indicadores usados e erro na avaliação do efeito das alterações legislativas e de outros indicadores. A Receita Extraordinária representa, assim, um conjunto variável de fatores não captados pelo modelo básico de estimação empregado pela RFB.
127. No âmbito das Receitas Não Administradas pela RFB são importantes no arcabouço metodológico de estimação as informações específicas de cada item, em grande parte produzidas por empresas ou órgãos do Poder Executivo, principalmente nos casos das Receitas de Concessões, Dividendos, Operações com Ativos e Complemento do FGTS.
128. As exceções ficam com: a) as Receitas com Compensações Financeiras (*Royalties*), cuja maior parcela advém do petróleo, e que depende da taxa de câmbio, da evolução da produção e da cotação internacional do barril; b) a Receita de Contribuição do Salário-Educação, que fundamentalmente



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

depende da evolução da massa salarial; c) as Demais Receitas, grupo de receitas constituído em quase sua totalidade por contribuições econômicas e sociais não administradas pela RFB, por taxas e multas pelo exercício do poder de polícia, por taxas por serviços públicos, e d) as Receitas Próprias de entidades públicas, para citar as mais importantes. Os principais elementos que influenciam a previsão, desses dois últimos itens são as variações acumuladas esperadas para o PIB, IGP-DI, IPCA e taxa de câmbio.

129. Relativamente à Arrecadação Líquida do INSS, a metodologia utilizada para estimar a arrecadação de 2014 assemelha-se à dos tributos administrados pela RFB, mas emprega como arrecadação base os valores efetivamente arrecadados no segundo semestre do exercício de 2012 e no primeiro semestre de 2013 acrescida do produto da sua multiplicação por índice representativo de variação da massa salarial para 2014, bem como o seu efeito acumulado nos últimos 12 meses, dada as ausências de fatores representativos de alteração legislativa e de receitas atípicas. Além da previsão normal, integra o total dos valores da Mensagem o aporte de R\$ 17,0 bilhões para compensar as desonerações da folha de pagamento que, conforme apontamos, excluímos do total arrecadado para melhor identificar o valor da efetiva arrecadação.

130. Destaca-se que, a exemplo de 2013, o Poder Executivo parece ter alterado sua metodologia para estimar a Arrecadação Líquida do RGPS, aproximando-a da usada pelo Comitê de Receitas, que julgamos mais adequada tecnicamente falando²³.

1.9 Emendas à Receita e de Renúncia de Receita Apresentadas

131. Foram apresentadas duas emendas, uma de Receita e outra de Renúncia de Receita, cujos Pareceres estão em anexo.



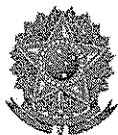
CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

132. Nosso parecer foi pela aprovação parcial da emenda à receita 29730001, pois, pelas informações elencadas pelo proponente, nobre Deputado Paulão, conjugadas com dados extraídos da Proposta para 2014 e ouvido o Poder Executivo, entendemos ser plausível uma arrecadação projetada em R\$ 117,1 milhões para 2014.
133. Quanto à emenda de renúncia de receita 90410001, no montante de R\$ 129,5 milhões, nosso Parecer é pela sua rejeição, independentemente de seu mérito, pela ausência de recursos nesta fase do processo orçamentário para amparar a proposição, conforme determina o parágrafo único do art. 32 da Resolução nº 1, 2006-CN.
134. Emendas de renúncia de receita, regra geral, refletem o interesse em assegurar que projetos de lei de iniciativa parlamentar, ainda em tramitação, não se inviabilizem por falta de adequação orçamentária e financeira. A aprovação de emendas dessa natureza está condicionada à prévia aprovação, quanto ao mérito, pelas Comissões Permanentes. Ainda, para sua aprovação, deve ser demonstrado que a renúncia correspondente ao benefício proposto já foi considerada na Lei Orçamentária. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina essa compensação (art. 14), e cabe ao Congresso providenciá-la, nos termos do inciso II do art. supracitado.
135. Entretanto, não devemos nos restringir ao exame daquelas proposições de renúncia de receitas que nos foram apresentadas como emendas, se nosso intuito é o de prover o espaço fiscal para que todas as iniciativas parlamentares possam ser debatidas e aprovadas no decorrer do exercício.
136. Nosso entendimento é de que devemos amparar a produção legislativa na área de gastos tributários não apenas no decorrer da aprovação do Relatório da Receita. Cabe-nos assegurar na Lei Orçamentária dotação, sob a forma de despesa primária, como tem ocorrido desde a apreciação orçamentária de 2010, com a intitulação de "Reserva para Compensação de

²³ A reavaliação desse item de receita pelo Congresso vinha até mesmo sendo superada na execução. A excelente evolução dessa receita em sucessivos exercícios recentes refletiu o aumento do emprego com carteira assinada e da massa salarial, e ainda a eficiência pela criação da RFB, com a unificação da administração tributária.



CONGRESSO NACIONAL

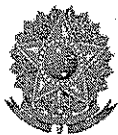
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

Projetos de Lei e de Renúncia de Receitas Sujeitos a Deliberação de Órgão Colegiado Permanente do Poder Legislativo, durante o Exame de Compatibilidade Orçamentário-Financeira – Nacional”.

137. A evidência de que existirão recursos em valor facilmente identificado na Lei Orçamentária, para custear a aprovação de novos projetos de lei de renúncia de receita, deixará explícito que o impacto orçamentário-financeiro dos projetos em questão foi considerado na sua elaboração.

138. Finalmente, caberá ao Relator-Geral promover os ajustes técnicos necessários à utilização das receitas identificadas neste Relatório e aqueles decorrentes de eventual alteração na meta de resultado primário, inclusive, se for o caso, disponibilizando fontes financeiras de recursos, e acréscimos em fontes de recursos do orçamento de investimento em virtude de aprovação de Emendas à despesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

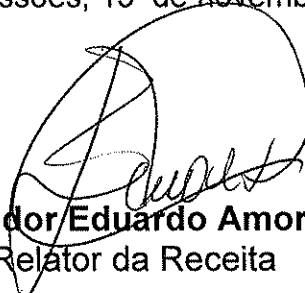
1.10 Anexos

139. Encontram-se, em anexo, Tabela contendo a evolução dos parâmetros econômicos e o detalhamento das receitas estimadas para 2014 no Projeto de Lei Orçamentária para 2014, classificadas por Natureza e Fonte, conforme determina o art. 34 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

2 VOTO

140. Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo com as alterações propostas por esta Relatoria, com exceção da relativa ao item 1.7 – Distribuição dos Recursos do Petróleo, do Relatório apresentado, que foi rejeitada pelo Plenário desta Comissão, em decorrência dos destaques de nºs. 4,5 e 6, de autoria do Senador Walter Pinheiro, respectivamente, às emendas de Relator nºs. 8099.0002, 8099.0008 e 8099.0009, que, embora rejeitados pelo Relator, foram aprovados por unanimidade pelo Plenário desta Comissão, restabelecendo a forma original de distribuição contida no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2013.



Senador Eduardo Amorim
Relator da Receita



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2014 - PL nº 009/2013-CN

3 Anexo

PARÂMETROS E INDICADORES MACROECONÔMICOS
Valores Realizados e Estimados - 2012 a 2014

Valores Realizados e Estimados - 2012 a 2014													
Parâmetros	Realiz 2012	2013						2014					
		PLOA 2013	LOA 2013	LDO 2014	Aval 2º Bim-Maio	Aval 3º Bim-Jul	PLOA 2014	Mercado 01/10	LDO 2014	PLOA 2014	REEST MIN PLANEJ NOVEMBRO	CONGRESSO Mercado 01/11	
Variação real do PIB (%)	0,87	4,50	4,50	3,50	4,50	3,00	2,50	2,50	4,50	4,00	4,00	3,80	2,13
PIB (R\$ bilhões)	4.402,5	4.973,6	5.000,8	4.875,2	4.539,6	4.834,4	4.773,0	...	5.398,7	5.242,9	...	5.280,4	...
IPCA acum (%)	5,84	4,50	4,91	5,20	4,70	5,70	5,70	5,85	4,50	5,00	5,30	5,80	5,92
IGP-DI acum (%)	8,11	4,90	5,18	5,18	4,90	4,79	4,79	5,79	5,00	5,50	6,00	6,00	6,00
INPC acum (%)	6,20	4,52	4,75	5,20	...	n.d.	5,70	...	4,50	5,00
Massa salarial (%)	13,52	10,87	12,37	11,64	12,01	11,27	11,27	...	12,34	10,09
Taxa Selic média (% a.a.)	7,23	8,03	7,28	7,27	9,86	8,20	8,20	8,38	7,28	9,29	10,25
Taxa Selic-fim de período (% a.a.)	7,25	8,00	7,25	7,25	11,62	...	9,25	10,00	7,25	9,25	9,50	9,50	10,25
Câmbio médio (R\$/US\$)	1,95	2,03	2,03	2,00	1,76	2,09	2,09	2,16	2,04	2,19	2,25	2,30	2,32
Câmbio fim (R\$/US\$)	2,03	2,03	2,03	2,00	2,16	2,25	2,06	2,22	2,40
Petróleo-preço médio (US\$)	109,90	114,59	112,54	108,78	111,64	104,50	104,50	112,55
Importações ⁽³⁾ em US\$ (%)	(3,71)	3,26	7,21	6,62	4,10	7,00	7,00	...

Fonte: Relatórios de avaliações; Relatórios de cumprimento de metas quadrimestrais; LDO e projetos de lei orçamentária citados SOF/MPOG; STN/MF. Elaboração dos autores.

(1) % representa variação em relação ao ano anterior, a menos que indicado de outra forma.

(2) Relatório da receita e atualização de parâmetros pelo Executivo (nov.) em itálico.

(3) Exclui petróleo e derivados combustíveis.